

CORTE ESPECIAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

RECURSO ESPECIAL Nº 2.209.304/MG (2025/0140700-4)

RELATOR: MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

O **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, Relator do Recurso Especial em epígrafe, em trâmite no **Superior Tribunal de Justiça**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente com fundamento no art. 1.038 do Código de Processo Civil e no art. 186 do Regimento Interno do STJ, **TORNA PÚBLICO** que será realizada **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, com a finalidade de colher manifestações técnicas, institucionais e empíricas acerca da seguinte controvérsia jurídica, afetada ao rito dos recursos repetitivos como o Tema 1396: **“Definir a prescindibilidade ou não da comprovação da prévia tentativa de solução extrajudicial da controvérsia para a caracterização do interesse de agir nas ações de natureza prestacional das relações de consumo.”**

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL

A audiência pública será realizada:

Data: 14 de maio de 2026

Horário: a partir das 14h00

Local: Sala de Sessões da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, Brasília/DF

Modalidade: presencial, com transmissão pública

2. OBJETIVO

A audiência pública tem por finalidade qualificar o julgamento do recurso repetitivo, mediante a coleta de subsídios técnicos e empíricos que contribuam para a adequada formação do precedente judicial, considerando o relevante impacto jurídico, social e econômico da matéria.

3. EIXOS TEMÁTICOS

As exposições deverão observar, preferencialmente, os seguintes eixos:

I – Dimensão processual: repercussão sobre o conceito de interesse de agir e a formação da pretensão resistida;

II – Dimensão empírica: eficiência e resolutividade dos mecanismos extrajudiciais (SACs, Procons, plataformas digitais);

III – Dimensão sistêmica: impactos sobre a litigiosidade, a litigância de massa, a litigância abusiva e a política judiciária.

4. PARTICIPAÇÃO

4.1. Legitimados

Poderão requerer participação:

- a) órgãos e entidades públicas com atribuição na defesa do consumidor;
- b) associações representativas do setor produtivo;
- c) instituições acadêmicas;
- d) especialistas com produção científica na matéria;
- e) entidades da sociedade civil com atuação comprovada no tema.

4.2. Prazo e forma de inscrição

Os interessados deverão encaminhar requerimento:

Exclusivamente por e-mail: tema1396@stj.jus.br

Prazo final: até às 23h59 do dia 30 de abril de 2026

4.3. Documentação obrigatória

O requerimento deverá conter, sob pena de indeferimento:

- a) representatividade e justificativa do interessado em participar da audiência pública;
- b) motivos pelos quais supõe que sua participação será relevante para o debate público e para o esclarecimento do Tribunal;
- c) entendimento jurídico a ser defendido e resumo da manifestação pretendida (até 2 páginas), bem como em qual dos eixos temáticos elencados no item 2 se enquadra, com vistas a uma composição plural do quadro de expositores;
- d) currículo do expositor (*curriculum vitae*), com enfoque para sua expertise na matéria;
- e) indicação de eventual estudo ou dados empíricos que pretendam apresentar;
- f) recursos audiovisuais que se pretende fazer uso.

5. SELEÇÃO DOS EXPOSITORES

5.1. A seleção dos participantes será realizada pelo Relator, com base: na pertinência temática; na representatividade; na necessidade de garantir pluralidade e equilíbrio no debate (art. 186, §4º, II e III RISTJ).

5.2. A decisão será oportunamente divulgada nos autos e nos canais oficiais do STJ.

5.3. A participação na audiência pública não se confunde com intervenção como *amicus curiae*.

6. ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

6.1. A audiência será estruturada em painéis temáticos.

6.2. O tempo de fala será definido conforme o número de participantes selecionados.

6.3. A ordem das exposições será fixada pelo Relator.

6.4. A participação será exclusivamente presencial.

6.5. Poderão ser apresentados memoriais escritos, limitados a 5 (cinco) páginas, até 5 (cinco) dias antes da audiência.

7. PUBLICIDADE

Este edital será publicado no Diário de Justiça eletrônico; divulgado no sítio eletrônico do STJ; difundido pelos canais institucionais de comunicação, garantindo ampla ciência aos interessados.

Publique-se. Registre-se.

Brasília, 20 de março de 2026

MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
RELATOR